Companhia Transleste de Transmissão

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório anual da Administração 3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 6

Balanços patrimoniais 8

Demonstrações de resultados 10

Demonstrações de resultados abrangentes 11

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 12

Demonstrações dos fluxos de caixa 13

Notas explicativas às demonstrações financeiras 14

COMPANHIA TRANSLESTE DE TRANSMISSÃO

CNPJ: 05.974.828/0001-64

Relatório anual da Administração

Aos acionistas

Em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, a Administração da Companhia Transleste de Transmissão apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2014, acompanhados do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem, a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A Companhia

A Companhia Transleste de Transmissão tem como objetivo social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 009/2004 - ANEEL, datado de 18 de fevereiro de 2004, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 345 kV, com 138 km de extensão, tendo origem na subestação de Montes Claros, e término na nova subestação Seccionadora de Irapé, ambas no Estado de Minas Gerais.

Sistema de transmissão

As instalações de transmissão da Companhia Transleste de Transmissão integram a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica estão sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL representado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos e entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia - MME.

Os serviços de Operação e Manutenção do sistema de transmissão são realizados pela CEMIG, sob a supervisão e fiscalização da Companhia Transleste de Transmissão, tendo apresentado um bom desempenho de suas atividades, sem ocorrência de falhas que viessem a comprometer os serviços de transmissão de energia elétrica.

Disponibilidade da Linha de Transmissão

	31.12.2015	31.12.2014
Dados operacionais:		
Disponibilidade (%)	99,99%	99,98%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que a linha encontra-se disponível em um determinado período e o total de horas no período considerado.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

O projeto estratégico "Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração Solar Fotovoltaica na Matriz Energética Brasileira" referente à Chamada nº 013/2011 - ANEEL-Projeto Jaíba, está em andamento sob a responsabilidade da Proponente Furnas, com a possibilidade de término no prazo previsto.

Em continuidade ao contrato assinado com a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG desde 2014, a 2ª Etapa do nosso projeto "Malha de Aterramento de Baixo Valor de Impedância: Avaliação Experimental em Modelo Reduzido e Realização de Medição em uma Malha Real com Corrente de elevado Valor" está em andamento normal e na fase final das descrições dos resultados das medições em modelo reduzido. A parte preponderante destes trabalhos serão realizados no segundo semestre de 2016 nos laboratórios experimentais da própria UFMG com medições em malha real. Investimentos estes que mais uma vez a Cia Transleste faz na área de energia elétrica utilizando recursos do Programa P&D.

Programas como estes de P&D estão pautados na busca de inovações tecnológicas para fazer frente aos novos desafios do mercado na área de energia elétrica e a Cia Transleste define suas metas e investimentos nesta direção.

Responsabilidade Socioambiental

A Política Ambiental da Cia Transleste é manter os programas e ações mitigadoras na busca permanente de minimizar os impactos causados na implantação e durante a manutenção e operação do empreendimento ao meio ambiente. Diante de tais ações e programas a sustentabilidade deste empreendimento é baseada em programas ambientais, sob normas e critérios socioambientais, de maneira a estabelecer o correto equilíbrio entre as ações de engenharia de manutenção e a conservação socioambiental, visando principalmente à integridade de áreas que possam ser afetadas durante sua concessão.

Conforme relatado anteriormente, continuamos atendendo ao Ofício Circular nº 0022/2013-SFE/ANEEL, realizando no período de agosto a setembro de 2015 Programas e Ações de Educação Ambiental e Comunicação Social com palestras em algumas escolas locais e aos trabalhadores envolvidos na manutenção da Linha de Transmissão Montes Claros 2 - Irapé, e também, conscientizando e alertando a população do entorno da linha de transmissão, por meio de divulgação radiofônica, o perigo das queimadas na região. Com foco principalmente em prevenções às Queimadas, foi distribuído nas escolas um amplo material educativo (bolsas ecológicas, bonés, folders informativos e um mini squeeze).

Atendendo o Programa de Comunicação Social, aleatoriamente, visitamos algumas propriedades ao longo da linha de transmissão prestando informações sobre o empreendimento e esclarecendo a cada proprietário/posseiro dúvidas a respeito da nossa linha de transmissão, sua importância, riscos e problemas que certas atividades oferecem quando praticadas próximas a ela, tornando-se assim, um relacionamento harmonioso entre a comunidade e a Cia Transleste.

Em 2015 mantivemos as ações de conservação, manutenção e limpeza da faixa de servidão e dos acessos às torres, por meio de contratações terceirizadas, bem como, a harmonização e o aspecto visual que compõem as nossas subestações com o ambiente natural da região.

Desempenho econômico-financeiro

As demonstrações financeiras apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's).

Os resultados da Companhia no exercício foram:

	Regulatório 31/12/2015	**Regulatório 31/12/2014**	**Societário 31/12/2015**	**Societário 31/12/2014**
Lucro Líquido	14.085	16.540	18.211	20.000
EBITDA	29.020	27.179	29.363	26.834

Finalmente, queremos deixar externados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, Seguradoras, Usuários, Agentes financeiros e ao Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da companhia.

A Diretoria

KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-140 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310
30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Telefone 55 (31) 2128-5700
Fax 55 (31) 2128-5702
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Srs. Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Transleste de Transmissão
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Transleste de Transmissão ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Transleste de Transmissão em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2016.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Companhia Transleste de Transmissão

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.416	1.445
Títulos e valores mobiliários	6	2.553	5.426
Contas a receber	7	40.053	39.090
Tributos e contribuições sociais a compensar	7	208	86
Outros		582	640
Total do ativo circulante		48.812	46.687
Não circulante			
Contas a receber	7	120.236	121.288
Títulos e valores mobiliários	6	-	3.693
Mútuos com partes relacionadas	9	5.000	-
Imobilizado		208	151
Intangível		442	582
Outros		49	46
Total do ativo não circulante		125.935	125.760
		174.747	172.447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Transleste de Transmissão

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		132	161
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	13.316	7.462
Dividendos a pagar	12	-	4.750
Tributos e contribuições sociais	7	1.662	1.492
Taxas regulamentares	10	1.176	980
Outros		1.675	-
Total do passivo circulante		17.961	14.845
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	75.797	87.634
Tributos diferidos	7	4.816	4.805
Provisões pré-operacionais	11	1.499	1.499
Outros		1.448	1.896
Total do passivo não circulante		83.560	95.834
Patrimônio líquido			
Capital social	13	49.569	49.569
Reservas de lucros		23.657	12.199
		73.226	61.768
Total do passivo e patrimônio líquido		174.747	172.447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Transleste de Transmissão

Demonstração de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional líquida	15	32.863	30.307
Custo de operação			
Pessoal		(329)	(332)
Material		(25)	(16)
Serviços de terceiros		(1.516)	(1.490)
Taxa de fiscalização		-	(12)
Outras		(161)	(44)
		(2.032)	(1.894)
Lucro operacional bruto		30.831	28.413
Despesas operacionais			
Pessoal e administradores		(975)	(987)
Material		(8)	(9)
Serviços de terceiros		(441)	(522)
Outras		(327)	(318)
		(1.752)	(1.836)
Resultado do serviço		29.079	26.577
Resultado financeiro			
Receita financeira	16	1.674	1.005
Despesa Financeira	16	(10.909)	(6.258)
		(9.235)	(5.253)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		19.844	21.324
Imposto de renda	14	(1.093)	(888)
Contribuição social	14	(529)	(447)
IR e CS diferidos	7	(11)	11
		(1.633)	(1.324)
Lucro líquido do exercício		18.211	20.000
Lucro por ações		0,37	0,40

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Transleste de Transmissão

Demonstração de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	18.211	20.000
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	18.211	20.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Transleste de Transmissão

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

		Reserva de lucros				
	Capital Social	**Legal**	**Lucros retidos**	**Dividendos adicionais propostos**	**Lucros acumulados**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2013	49.569	5.985	47.806	9.925	-	113.285
Distribuição de dividendos - AGO	-	-	(47.806)	(9.925)	-	(57.731)
Lucro líquido	-	-	-	-	20.000	20.000
Dividendos declarados					(4.750)	
Reserva legal	-	1.000	-	-	(1.000)	-
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	(9.036)	(9.036)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	5.214	(5.214)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	49.569	6.985	-	5.214	-	61.768
Distribuição de dividendos - AGO	-	-	-	(1.753)	-	(1.753)
Lucro líquido	-	-	-	-	18.211	18.211
Dividendos Declarados	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	911	-		(911)	-
Dividendos Intermediários	-	-	-		(5.000)	(5.000)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	12.300	(12.300)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**49.569**	**7.896**	-	**15.761**	-	73.226

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Transleste de Transmissão

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	18.211	20.000
Itens que não afetam as disponibilidades:		
Depreciação e amortização	174	148
Receitas de aplicação	(305)	(950)
Variações monetárias e cambiais líquidas	10.651	6.144
	28.731	25.342
(Aumento) redução no ativo		
Concessionárias e permissionárias	431	(513)
Ativo financeiro indenizável	(342)	368
Tributos e contribuições sociais	(122)	(8)
Mútuos de coligadas e controladas	(5.000)	-
Outros ativos	55	(290)
	(4.978)	(443)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(29)	2
Tributos diferidos	11	122
Tributos e contribuições sociais	(96)	27
Taxas regulamentares	195	(8)
Outros passivos	1.494	1.238
	1.575	1.381
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	25.548	26.280
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Resgate de títulos e valores mobiliários	6.871	72.793
Aplicações em títulos e valores mobiliários	-	(76.784)
Aplicações no Imobilizado	(91)	(4)
Aplicações no Intangível	-	(31)
Caixa líquido proveniente (utilizado nas) das atividades de investimento	6.780	(4.026)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de dividendos	(11.503)	(69.214)
Emissão de debêntures / ingresso de empréstimos	-	54.858
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(16.634)	(7.522)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(28.137)	(21.878)
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(3.971)	376
Demonstração do amento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	1.445	1.069
Saldo no final do exercício	5.416	1.445
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(3.971)	376

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas as demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais exceto quando, indicado de forma diferente)

1 Contexto operacional

A Companhia Transleste de Transmissão - TRANSLESTE (a "Companhia" ou "TRANSLESTE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 28 de outubro de 2003 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. A Companhia entrou em operação comercial em 18 de dezembro de 2005.

Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão foram realizados pela CEMIG Geração e Transmissão, sob a supervisão e fiscalização da Companhia.

Pelo Contrato de Concessão n.º 009/2004 - ANEEL, de 18 de fevereiro de 2004, foi outorgado à Companhia, a concessão para construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Montes Claros - Irapé 345 kV pelo período de 30 anos (fevereiro/2034).

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, a ANEEL, e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de junho a julho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Contrato de concessão				
Número	**Prazo (anos)**	**Vigência até**	**RAP (*)**	**Índice de correção**
009/2004	30	28/02/2034	36.163	IGP-M

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 1.918 de 23/06/2015.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo da concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 compreendem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 26 de fevereiro de 2016.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

2.5 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas.

3 Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

3.1.1 Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Recebíveis

A Companhia classifica os saldos de concessionárias e permissionária como recebíveis, os quais são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

Contratos de concessão

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro.

3.1.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como empréstimos e recebíveis.

3.1.3 Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.4 Tributação

3.4.1 Impostos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% ;

3.4.2 Imposto de renda e contribuição social:

- *Correntes*
  O Imposto de renda e a Contribuição social da Transleste são calculados pelo regime de lucro presumido.

- *Diferidos*
  Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

  Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.5 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

3.6 Reconhecimento da receita/transmissão de energia elétrica

A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

3.6.1 Receita de implantação de infraestrutura

A Companhia reconhece a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a normativa contábil da ICPC 01.

A Companhia é abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). -Durante a fase de implantação a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia e de suas controladas avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro líquido nessa fase.

3.6.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

3.6.3 Receitas de operação e manutenção

Após a fase de implantação de infraestrutura inicia - se a fase de operação e manutenção, onde essa receita, é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

3.6.4 Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.7 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3.8 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

4 Pronunciamento do IFRS

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas emitidas pelo órgão regulador, com aplicação obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2015.

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma ou pronunciamento cuja adoção não fosse obrigatória nesse exercício. As seguintes IFRS novas e revisadas foram emitidas e serão efetivadas para exercícios iniciados após 01 de janeiro de 2016: IFRS 9, IFRS 15, e modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 41/CPC 29. A Companhia não espera impactos relevantes nas demonstrações financeiras quando da adoção destas novas normas ou modificações.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2015	**31/12/2014**
Caixa	**6**	6
Bancos	**-**	1.439
Aplicações Financeiras	**5.410**	-
	5.416	1.445

As aplicações financeiras de 2015 referem-se ao Fundo de Investimento no Banco do Brasil, cuja a modalidade de aplicação nomeada " BB Amplo Fic Fi Renda Fixa Crédito Privado" com remuneração pós-fixada variando durante o ano de 2015 entre 96,54% e 104,74% do CDI;

6 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2015	**31/12/2014**
Fundo de investimentos	**2.553**	9.119
	2.553	9.119
Circulante	**2.553**	5.426
Não circulante	-	3.693

Os valores de R$ 2.553 (2015 - circulante) e R$ 3.693 (2014 - não circulante) referem-se ao Fundo de Investimento restrito: Carteira de títulos públicos vinculados ao financiamento com o BNB com remuneração pré fixada de 99% do CDI.

7 Contas a receber

	31/12/2015	31/12/2014
Concessionárias e permissionárias (7.1)	3.547	3.928
Concess. e permissionárias - partes relacionadas	407	458
Ativo financeiro (7.2)	156.335	155.991
	160.289	160.377
Ativo circulante	40.053	39.090
Ativo não circulante	120.236	121.288

7.1 Concessionárias e permissionárias

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os quais possuem seguro garantia.

7.2 Ativo financeiro

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

(a) Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;

(b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão-

Movimentação do ativo financeiro da concessão em 31 de dezembro de 2015:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	156.360
Remuneração do ativo financeiro	28.841
Custo de concessão	3.701
Realização do ativo financeiro	(32.911)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	155.991
Remuneração do ativo financeiro	31.761
Custo de concessão	3.748
Realização do ativo financeiro	(35.165)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	156.335

As contas a receber - ativos financeiros incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão do desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

a. Tributos e contribuições sociais

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo circulante		
PIS/COFINS/CSLL - Lei 10.833/2003	**45**	42
IRRF a compensar	**163**	44
	208	86
Passivo circulante		
IRPJ	**803**	**810**
CSLL	**331**	**343**
COFINS	**174**	**236**
Outros	**354**	**103**
	1.662	**1.492**
Passivo não circulante		
IR e CS diferidos (a)	**4.816**	**4.805**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem do reconhecimento dos efeitos da adoção da ICPC 01 e OCPC 05 - contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

b. IR e CS diferidos

Saldo em 31/12/2011	4.607
Imposto diferido reconhecido no resultado	77
Saldo em 31/12/2012	4.684
Imposto diferido reconhecido no resultado	132
Saldo em 31/12/2013	4.816
Imposto diferido reconhecido no resultado	**(11)**
Saldo em 31/12/2014	4.805
Imposto diferido reconhecido no resultado	11
Saldo em 31/12/2015	**4.816**

8 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	2015					2014
	Circulante			Não Circulante		
	Principal	Encargos	Total	Principal e encargos	Total	Total
Moeda Nacional						
BNB (a)	**1.139**	**39**	**1.178**	**6.286**	**7.464**	8.249
BDMG (b)	**2.461**	**120**	**2.581**	**20.100**	**22.681**	26.091
Debêntures		**7.623**	**7.623**	**48.480**	**56.103**	57.507
	3.600	**7.782**	**11.382**	**74.866**	**86.248**	91.847
Moeda Estrangeira						
BDMG (PEM) (c)	**1.863**	**71**	**1.934**	**931**	**2.865**	3.249
	5.463	**7.853**	**13.316**	**75.797**	**89.113**	95.096

Os financiamentos tiveram como finalidade a implantação do sistema de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Montes Claros - Irapé 345 Kv, e tem como garantia o penhor de ações, penhor de direitos emergentes do contrato de concessão, fiança, fundo de liquidez e seguro garantia de obrigações públicas.

Os saldos devidos são provenientes de:

(a) Contrato de financiamento no valor original de R$ 15.000 obtido do Banco do Nordeste do Brasil - BNB por meio de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE-PROINFRA. Conforme contrato estava sujeito a encargos de até 12% ao ano, e após ajustes com base na legislação vigora o percentual de 9,5% pagos trimestralmente durante o período de carência fixado em 18 meses, e mensalmente, após esse período, serão pagos em 222 prestações mensais, vencendo-se a primeira em outubro de 2006 e a última em março de 2025.

(b) Contrato de financiamento no valor original de R$ 47.000, obtido do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG. Conforme contrato estava sujeito a encargos de até 12% ao ano, e após ajustes com base na legislação vigora o percentual de 10%, pagos trimestralmente durante o período de carência fixado em 18 meses, e mensalmente, após esse período, serão pagos em 222 prestações mensais, vencendo-se a primeira em outubro de 2006 e a última em março de 2025.

(c) O Banco BDMG creditou a favor da Companhia o valor de R$ 12.971 equivalentes a US$ 5.000, oriundo de recursos captados pelo Banco do Nordeste do Brasil - BNB em moeda estrangeira originários do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas no Nordeste do Brasil - PEM. Está sujeito a encargos de 5% ao ano acima da taxa variável definida com base na taxa de juros devida pelo BNB ao BID. Os juros serão calculados dia a dia pelo método hamburguês e tem vencimento em 31 de julho de 2005, 31 de janeiro de 2006, 31 de julho de 2006 e semestralmente juntamente com as prestações de principal durante o período de amortização. O principal será amortizado em 21 prestações semestrais e sucessivas, vencendo a primeira em janeiro de 2007 e a última em janeiro de 2017.

Os recursos contratados referentes a Debêntures foram de R$ 55.000, emitidas em 07/08/2014 em espécie quirografárias, sem garantias por meio do Itaú Unibanco S.A.. O prazo da operação é de 06 anos com vencimento em 07/08/2020, as amortizações e pagamentos de juros trimestral sendo o 1º pagamento em 07/08/2016. Quanto a remuneração, renderão juros a 100% variação acumulada DI (dia) somados a taxa efetiva de 1,0975% ao ano. O resgate antecipado poderá ocorrer a partir do 24º mês da data da emissão.

A Companhia tem a obrigação de cumprir com o limite da dívida líquida no montante de R$ 89.000 para a 1ª emissão de debêntures, acrescido de atualização pelo IGPM.

Não existem cláusulas restritivas (*covenants*) para os contratos acima.

Os vencimentos anuais das parcelas do principal dos financiamentos a longo prazo são os seguintes:

	Moeda nacional				
	BNB	**BDMG**	**Debêntures**	**Moeda estrangeira BDMG (PEM)**	**Total**
2017	862	2.461	12.926	931	17.180
2018	748	2.461	12.926	-	16.135
2019	747	2.461	12.926	-	16.134
2020	750	2.461	9.702	-	12.913
2021	757	2.461	-		3.218
Após 2021	2.422	7.795	-	-	10.217
	6.286	20.100	48.480	931	75.797

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrado conforme a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	**41.679**
Variação Monetária e Cambial	370
Ingresso de dívidas	54.858
Provisões de juros	5.711
Juros pagos	(3.100)
Amortizações de principal	(4.422)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**95.096**
Variação Monetária e Cambial	1.062
Provisões de juros	9.589
Juros pagos	(11.866)
Amortizações de principal	(4.768)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**89.113**

9 Contrato de Mútuo

Com a finalidade da Implantação dos reforços nas instalações de transmissão da Companhia Transirapé de Transmissão e pela dificuldade desta mesma em obter empréstimos no mercado em razão de limitações de financiamentos, foi acordado em 01 de dezembro de 2015 o Instrumento particular de abertura de crédito "Mútuo" entre a Cia Transleste de Transmissão e a parte relacionada Cia Transirapé de Transmissão no limite de até R$ 13.000, autorizado pelo Conselho de Administração das Cias, em 20/10/2015 e aprovado pela ANEEL- Agencia Nacional de Energia Elétrica através do Despacho nº 3.844 de 26/11/2015.

O recurso contratado será acrescidos de juros remuneratórios equivalentes a um percentual de 109,75% (cento e nove inteiros e setenta e cinco centésimos por cento), da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, "over extra grupo", calculada e divulgada pela CETIP ("Taxa DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

Na hipótese de extinção, impedimento legal de uso ou distorção na equação econômico-financeira ao presente instrumento, as Partes poderão utilizar outro índice que melhor reflita o reajuste do poder de econômico da moeda, nos termos da lei.

Em caso de variação negativa do índice de correção utilizado, as Partesacordam pela manutenção dos respectivos saldos nominais e absolutos, inexistindo qualquer espécie de correção monetária de tais valores nesses casos.

O presente contrato vigerá por até 24 (vinte e quatro) meses a contar da data da disponibilização pela Transleste à Transirapé do valor objeto do presente instrumento onde serão liquidados os valores utilizados.

Em 16/12/2015 a Transleste transferiu para Transirapé o valor de R$ 5.000, correspondente a parte deste contrato.

Em relação ao montante restante desse limite aprovado pela ANEEL no momento não temos previsões de datas para novas tranferências à Transirapé.

Os recursos contratados serão liquidados no final do contrato acrescido de juros conforme regra citada acima.

Na nota explicativa nº12 de Partes Relacionadas (Ativo Circulante) foi citada a relação do contrato do Mútuo entre estas cias.

10 Taxas regulamentares

	31/12/2015	31/12/2014
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	**14**	**33**
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	**1.093**	**885**
Taxa de Fiscalização ANEEL	**69**	**62**
Total	**1.176**	**980**
Circulante	**1.176**	**980**
Não Circulante	**-**	120

11 Provisões pré-operacionais

	31/12/2015	31/12/2014
Meio Ambiente	**99**	99
EPC Pré-Operacional	**1.400**	1.400
	1.499	1.499

Corresponde à estimativa de custos adicionais incorridos durante a construção das linhas de transmissão da Companhia (LT Montes Claros - Irapé) que foi provisionado na unitização e até o momento não utilizado.

12 Partes relacionadas

Contrato fase de operação:

- CEMIG Geração e Transmissão para execução dos serviços de operação e manutenção da linha de transmissão associadas às obras das SEs Montes Claros e Irapé.

- CEMIG Geração e Transmissão para compartilhamento de instalação SE Montes Claros 2 pertencente a Rede Básica de propriedade da CEMIG.

- Companhia Transirapé de Transmissão:

– Contrato de CCI entre Transleste e Transirapé: para compartilhamento de conexões do sistema de transmissão da SE Irapé.
– Contrato de Mútuo - Instrumento particular de crédito

- CEMIG e Furnas para prestação de serviço de transmissão de energia elétrica .

Demonstração do resultado	31/12/2015	31/12/2014
Serviços prestados para parte relacionada		
CEMIG	2.408	2.771
FURNAS	1.518	1.449
Transirapé	110	104
Serviços tomados com parte relacionada		
CEMIG	1.116	951

Ativo Circulante	**31/12/2015**	**31/12/2014**
Concessionárias e Permissionárias - parte relacionada		
CEMIG	242	289
FURNAS	165	169
Mútuo		
Transirapé	5.000	-
Passivo Circulante		
Fornecedores - parte relacionada		
CEMIG	80	79

Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 2015 a remuneração anual da Administração como Diretoria e Conselho foi no total de R$ 516 , composto por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação .

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 49.569 representado por 49.569.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2015, é a seguinte:

Acionista	**Quantidade de ações 2015**	
	Integralizadas	**% do capital**
Transminas Holding S/A	20.323.290	41,000000
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	12.392.250	25,000000
Furnas Centrais Elétricas S.A.	11.896.560	24,000000
EATE	4.956.900	10,000000
	49.569.000	**100,000000**

b. Reservas de lucro

- ***Reserva legal***

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. A administração da Companhia entende que tal parcela do lucro deve ser retida.

d. Dividendos propostos

As demonstrações financeiras registram a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral, para distribuição de dividendos mínimos estabelecidos pelo Estatuto (25% do Lucro Líquido após a apropriação da Reserva Legal).

Saldo de dividendos a pagar:

Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2013	**2.446**
Destinação AGO	**57.731**
Dividendos pagos no exercício	**(60.177)**
Dividendos Intermediários 2014	**(9.036)**
Dividendos mínimos obrigatórios exercício 2014	**4.750**
Reserva de Lucros Retidos do Exercício 2014	**9.036**
Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2014	**4.750**
Destinação AGO	**1.753**
Dividendos pagos no exercício	**(11.503)**
Dividendos Intermediários	**5.000**
Saldo de divid. a pagar em 31 de dezembro de 2015	**-**

14 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido, conforme abaixo. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas do imposto de renda e da contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2015		31/12/2014	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Receita de concessão de transmissão	3.748	3.748	3.701	3.701
Receita de infraestrutura	-	-	-	-
Remuneração de ativos da concessão	31.871	31.871	28.840	28.840
Total da receita operacional	35.618	35.618	32.541	32.541
Ajustes decorrentes do ICPC	(344)	(344)	369	369
Receita operacional ajustada	35.274	35.274	32.910	32.910
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
Subtotal	2.822	4.233	2.633	3.949
Receitas financeiras	1.647	1.647	1.005	1.005
Base de cálculo	4.469	5.880	3.638	4.954
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15% e 10%	9%	15% e 10%	9%
TOTAL	**1.093**	**529**	**888**	**447**

15 Receita operacional líquida

	31/12/2015	**31/12/2014**
Receita operacional		
Receita de concessão de transmissão	3.747	3.701
Remuneração dos ativos de concessão	31.871	28.945
	35.618	32.646
Deduções da receita operacional		
PIS	(229)	(215)
COFINS	(1.058)	(990)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(999)	(828)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(328)	(306)
Taxa de Fiscalização Sev Energia	(141)	-
	(2.755)	(2.339)
Receita operacional líquida	32.863	30.307

16 Resultado financeiro

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas Financeiras		
Variação cambial ativa empréstimos e financiamentos	-	22
Rendimentos fundo reserva	305	357
Rendimentos aplicações financeiras	1.337	593
Outras receitas financeiras	32	33
	1.674	1.005
Despesas Financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(9.627)	(6.157)
Outras despesas financeiras	(1.282)	(101)
	(10.909)	(6.258)
Total do resultado financeiro	(9.235)	(5.253)

17 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

a. Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feito por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, empréstimos e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos instrumentos financeiros e suas classificações:

Em 31/12/2015	**Valor justo por meio de resultado**	**Empréstimos e recebíveis**	**Outros passivos financeiros**
Caixa e equivalentes de caixa	5.416	-	-
Títulos e valores mobiliários	2.553	-	-
Contas a receber	-	160.289	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	89.113
Fornecedores	-	-	132
Total	7.969	160.289	89.245

Em 31/12/2014	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos Financeiros
Caixa e equivalentes de caixa	1.445	-	-
Títulos e valores mobiliários	9.119	-	-
Contas a receber	-	160.378	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	95.096
Fornecedores	-	-	161
Total	10.564	160.378	95.257

b. Hierarquia do valor justo

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II- outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível III- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários e como Nível II o ativo financeiro.

c. Gestão de riscos

A Companhia está exposta a riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

- ***Risco de crédito***

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 420 usuários, com cláusula de garantia bancária.

- ***Risco de preço***

As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M.

A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade. Risco de taxas de juros

A Companhia pode sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os contratos de financiamentos e ter redução de rentabilidade nas aplicações financeiras em renda fixa.

- ***Risco de liquidez***

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: - manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez;

d. Operações com derivativos

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

18 Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não possuía processos judiciais em aberto de natureza cível, trabalhista e tributária com risco de perda provável e/ou possível.

19 Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladoras, em conjunto, oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: participação nos lucros, seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.

* * *

Conselho de Administração

Enio Luigi Nucci - Presidente

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho - Conselheiro

Welington Lima Cristiano - Conselheiro

Lauro Sérgio Vasconcelos David - Conselheiro

Roberto Schäfer de Castro - Conselheiro

Diretoria

José Renato Simões Machado - Diretor Técnico

Eduardo A.de Figueiredo - Diretor Adm.Financeiro

Contadora responsável

Flávia Miranda Silva Pereira
Contadora CRC N° MG-067247/0-2